

A globalização alternativa	Titulo
Mittelman, James H. - Autor/a	Autor(es)
América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2004	Fecha
	Colección
relaciones internacionales; globalizacion; America Latina;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101030022727/3mittelman.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



A globalização alternativa¹

James H. Mittelman*

Certa vez, a indomável Margaret Thatcher referiu-se a globalização neoliberal nos seguintes termos: *não há alternativa*². Conhecida como TINA³, a sigla significa que a globalização veio para ficar: é inevitável. É uma força irreversível. Certo?

De modo algum. Para entender porque não, é preciso ir além dos acontecimentos imediatos, não importa quão atraentes sejam, e adotar a perspectiva que o historiador francês Fernand Braudel chamou de *a longue durée*. O foco deve estar no horizonte de longo prazo que alcance o futuro da globalização e aponte alternativas à sua constituição atual

Se a globalização for considerada uma força totalizante e inevitável que governa a história, pode, de fato, ser politicamente enfraquecedora. Dois fatores tendem a sublimar a política da globalização. Em primeiro lugar está a pressa em implementar uma série de políticas neoliberais que promovem a integração do mercado, tais como a liberalização, a desregulamentação e a privatização. A seguir, surge a preocupação com o crescimento do mercado, em lugar de um desenvolvimento equilibrado ou da equidade. Quais, então, são as possibilidades de resgatar políticas e as perspectivas de mudança?

Ao responder esta questão, argumento que a globalização abriu espaços, expandindo as fronteiras associadas com a vida política. Claro está, não se pode

* Professor de Relações Internacionais na School of International Service na America University, Washington, D.C. Autor e editor de seis livros, incluindo "Globalization: Critical Reflections" e "The Globalization Syndrome".

El autor agradece a la State University of New York Press la autorización de la publicación de este texto.

prever o futuro a partir de um conjunto de disjunções estruturais, já que a história é fundamentalmente impulsionada pelo desejo humano e, ainda que sujeita às forças globais em expansão, é um processo em aberto. Logo, assim como a globalização foi obra da humanidade, pode muito bem ser desfeita ou refeita através da intervenção política. Do mesmo modo que ocorreu com a escravidão, com o feudalismo e com o capitalismo mercantilista, não há razão para crer que a globalização neoliberal será eterna.

Globalização neoliberal como utopia

Os defensores da globalização procuraram criar um mercado global no qual os povos do mundo se relacionassem cada vez mais uns com os outros apenas como indivíduos. Sem rodeios, Margaret Thatcher declarou que não existe isto que chamam de sociedade, apenas homens e mulheres individuais e suas famílias. O neoliberalismo corroe a sociedade, subordinando-a ao mercado. Desta perspectiva, a globalização é uma tentativa de realizar a utopia de liberar o mercado do controle social e político, uma utopia porque simplesmente esta condição nunca existiu.

Não se trata apenas da utopia de um mercado livre composto de atores individuais ahistóricos, mas também, como lembra a frase memorável de Karl Polany, “o ‘laissez-faire’ foi planejado; o planejamento não”⁴. No passado, a ação planejada de um Estado liberal na Grã-Bretanha teria gerado uma suposta economia auto-regulada, no entanto o esforço para implementar uma legislação *anti-laissez-faire*, desde 1860, começou de modo espontâneo e se expandiu gradualmente. Não obstante uma diversidade de decretos, a abertura do assim-chamado mercado livre levou a um terremoto econômico, a um processo de polarização socialmente disruptivo entre períodos de aparente desenvolvimento econômico. Polanyi descreveu a trajetória do controle social sobre o mercado até a liberação das atividades mercantis. O mercado obteve autonomia, subordinando a sociedade às suas forças; por sua vez, essa subordinação provocou um contra-movimento protecionista das forças sociais, particularmente da classe operária inglesa.

Na medida que ofereceu uma explicação para a distopia da sociedade de mercado, Polanyi não apenas expôs o liberalismo econômico na sua busca do mito de um mercado auto-suficiente, mas também apontou a necessidade de reintegrar as forças do mercado na sociedade. O que deve ser explicado, porém, são o sentido e as estratégias para essa reintegração, como discutiremos a seguir.

A instabilidade da globalização

A globalização questiona a habilidade do sistema interestatal existente para resolver certos problemas transnacionais fundamentais. Afinal, o modelo Westfaliano de Estados é uma relíquia do século XVII, estabelecido no Ocidente e imposto em outras partes do mundo.

Traços deste sistema incluem as propriedades das novas tecnologias - interconexão e velocidade fulminante- bem como concentrações massivas de poder econômico privado que tolgem os recursos de muitas nações e desafiam a soberania nacional.

Obviamente, o Estado não perde tempo. Aqueles que governam procuram ajustar-se acomodando os fluxos globais e transformando-os em vantagens locais e nacionais. Se é verdade que nem todos os Estados sofrem o esvaziamento do poder na mesma medida, seria também um equívoco descrever os processos globais e o Estado como prisioneiros de uma relação soma-zero. Com a globalização, alguns elementos no interior do Estado adquirem poder, enquanto outros o perdem. Entre os vencedores, estão os ministérios econômicos e as agências administrativas que lidam com a área externa. Enquanto isso, os agentes responsáveis pela política social têm sua dimensão reduzida. No entanto, em níveis diferentes, todos os Estados perdem autonomia no sistema desigual emergente e operam, indubitavelmente, em contexto de rápida transformação. O sistema interestatal é estável, mas, apesar de sua persistência, quando os Estados são livres para agir independentemente das restrições do mercado? Cada vez mais, o poder do mercado organiza o Estado, por exemplo, via as condições do Fundo Monetário Internacional e a especulação da moeda.

Contra esse pano de fundo, o Estado tenta reconstituir-se e tomar iniciativas para freiar os processos globalizantes, porém, a capacidade de subjugar-los difere muito em cada Estado.

O quadro geral é de redução da atividade regulatória, de flexibilização das fronteiras e de redução de barreiras. A reestruturação do Estado acaba por significar que ele assumindo cada vez mais o papel de facilitador das atividades globalizantes, na medida que elas são localizadas no interior do território de uma entidade soberana⁵.

Para expandir seu poder, os Estados estabeleceram um sistema altamente institucionalizado. Não apenas proliferaram organizações internacionais nas décadas recentes, mas também, quando confrontados com os novos problemas da globalização -tais como o *cybercrime* transnacional- os governantes procuram um nível mais elevado de institucionalização e uma coordenação eficaz do sistema interestatal. Por isso, há várias rodadas de conferências internacionais de cúpula, em fóruns como o Grupo dos Sete para os países mais poderosos, e o Grupo dos Quinze para aqueles em desenvolvimento. Outra fórmula, cada vez mais evidente, é dada pelas tentativas informais de coordenação de políticas, por exemplo, o Fórum Econômico Mundial, encontro anual em Davos, na Suíça, que reúne os executivos das mil maiores corporações do mundo, representantes dos bancos centrais, presidentes, primeiros-ministros, jornalistas e acadêmicos. Outro modo informal de governança é a Comissão Trilateral, composta pela liderança de conglomerados, de políticos e de intelectuais dos países capitalistas desenvolvidos. Note-se que as formas privadas de governança estão adquirindo

proeminência. O poder estrutural controlado por empresas legais e financiadoras⁶ e pelas agências avalistas de crédito, como a Moody's e a Standard and Poor's, baseia-se numa avaliação das economias nacionais que autoriza ou impede os empréstimos e ainda influencia os termos dos empréstimos⁷. Este poder pode levantar ou destruir algumas economias em desenvolvimento.

O cerne do problema é que o sistema inestável depende a tal ponto de formas institucionais nacionais, que já não consegue corresponder à expansão crescente das atividades políticas e econômicas mundiais. Essa incongruência entre o limite do Estado-nacional e os fluxos globais reais são um convite ao pleno uso da imaginação política.

Globalização, no fundo, implica a busca de uma escala temporal e espacial adequada para a governança⁸. Mas, quais são as alternativas para esta busca? Acredito que são dadas não pelas propostas bem-intencionadas que ignoram os problemas de poder e conflitos de interesses, mas pelo poder de equilíbrio que, no presente, implica a multiplicidade de resistências à globalização neoliberal.

Resistências

Na medida que o neoliberalismo predomina atualmente e pode até não se ter desenvolvido plenamente, é possível que o argumento de Margaret Thatcher sobre a TINA⁹ esteja correto, mas há bons motivos para questionar o triunfalismo que essa afirmação denota. Um exemplo é a África do Sul, onde, como diz o poeta Dennis Brutus, há evidentemente uma disputa entre TINA e THEMBA¹⁰, que na linguagem zulu significa *Tem de haver uma alternativa*, ou, resumindo, “esperança”¹¹. Para uma avaliação precisa, é importante perguntar se o modo neoliberal de ordenar o mundo continuará predominante ou declinará até quem sabe o próprio fim. Como outras formas prévias do capitalismo, o neoliberalismo tem sua história e as histórias têm começos e fins. Certamente, o neoliberalismo não se esgotará por vontade própria, ao contrário, contraposto a uma miríade de descontentamentos e pressões, já vem sendo questionado por várias forças ainda incipientes, mas, combativas e crescentes. Particularmente notável e significativo é o movimento de mudança no sentido da re-regulamentação, evidente não só na América Latina, como em outros lugares. Entre as razões que justificam esta tendência, estão os efeitos da crise econômica asiática de 1997-98, que afetaram profundamente outras regiões e provocaram a emergência de problemas sociais diretamente relacionados as políticas neoliberais.

Em diferentes contextos, a resistência surgiu tanto na esfera pública como no âmbito privado, mais pessoal e familiar. A resistência não é necessariamente expressa em alto e bom som pelo Estado nem pela sociedade civil, pode ser inclusive discretamente manifestada nos estilos de vida individuais. Em outras palavras, a resistência à globalização pode não ser abertamente declarada, mas com frequência é latente, local e fluida. Também não se apresenta meramente

contra uma estrutura que se impõe, mas contém elementos afirmativos e positivos.

Isto posto, o termo *antiglobalização*, que se tornou lugar comum na mídia e nos textos populares, requer um exame criterioso, porque em si mesmo é muito vago e tem sido utilizado indiscriminadamente. Ao classificar a ampla variedade de perspectivas sobre a globalização em apenas dois rótulos -a favor e contra- diluem-se as distintas críticas sobre os processos de globalização que surgiram a partir de diferentes posições no espectro político, perdendo-se a diversidade de tentativas de compromisso com a globalização, e não de simplesmente evitá-la.

O rótulo *antiglobalização* não consegue captar diferenças cruciais ao longo de um *continuum* entre posições reformistas e não-reformistas, associado como está a confrontos frontais -como a Batalha de Seattle de 1999 contra a política da Organização Mundial do Comércio (OMC), seguida em 2000 pelos protestos em Washington e em Praga na Conferência Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, pelas desmontrações em Melbourne numa reunião do Fórum Econômico Mundial, pelas manifestações em Seul em torno da Reunião Asiática-Européia e a Cúpula das Américas em Quebec, em 2001. Alguns dos manifestantes apresentaram propostas de ajustes institucionais, enquanto outros (não só da esquerda, mas também os defensores do livre mercado) propuseram abolir as próprias instituições. Houve também empenho em modificar o sentido e o conteúdo das políticas, bem como tentativas de transformações estruturais. De fato, é importante distinguir entre, de um lado, aqueles que se manifestam contra a globalização mas não contra o capitalismo e, de outro, aqueles que rejeitam o capitalismo e consideram a globalização mais uma de suas etapas, a atual.

Meu ponto é que a imagem dominante da *antiglobalização* perde a importante distinção entre o que é abertamente manifesto e declarado -como as manifestações e as greves- e as formas mais sutis e não declaradas, que incluem romances, peças, desenhos e música popular. Sem dúvida a *antiglobalização* é um conceito problemático, já que define um fenômeno exclusivamente em termos negativos, empobrecendo assim a crítica social e anulando o que poderia ficar como lição dos debates sobre a globalização. A ênfase na crítica social em termos de *antiglobalização* impede justamente a criação de alternativas.

Muitos críticos são contra o neoliberalismo sem que o sejam contra a globalização, porque, sem se curvar a utopias, defendem uma globalização mais inclusiva, participativa e democrática.

Nos locais em que se realizaram os protestos públicos contra a globalização, a ação coletiva por parte de movimentos sociais distintos chamou a atenção dos aspectos internos da globalização, especialmente a desigualdade mundial, a falta de transparência no que se refere ao poder crescente do mercado em sua relação com a autoridade política e, em alguns casos, até mesmo a erosão ou a afronta à dignidade cultural. A Batalha de Seattle tornou-se assim uma metáfora brilhante

para designar a nova dinâmica da globalização: uma intervenção política através de uma aliança de grupos heterogêneos de cidadãos na economia global.

Porém, alguns países, entre os quais o Japão, não passaram por essas experiências que dramatizaram, nas ruas, os perigos da globalização. Durante os anos noventa e neste novo milênio, um período de elevada integração de mercados quando rompe a bolha japonesa, o pronunciado declínio da economia é acompanhado pela aquisição de muitas de suas instituições financeiras e outros ativos pelo capital estrangeiro, pela ruptura de certas barreiras protecionistas e o crescente deslocamento social de todos os tipos, considerados inevitáveis nos limites da lancinante competição global. Se por um lado é surpreendente que as manifestações de protesto contra a integração do mercado não tenham ocorrido no Japão, não se pode minimizar os aspectos de resistência ao mercado e ao poder estatal que surgiram nos âmbitos privado e familiar da vida japonesa.

Uma análise mais minuciosa revela uma resistência, sem estridência, aos alimentos geneticamente modificados por parte da União dos Consumidores do Japão e dos fazendeiros produtores de laticínio, que é evocada em entrevistas pelos pesquisadores estudantes da Universidade de Ritsumeikan, em Kyoto. Os japoneses que cultivam o arroz estão também sutilmente questionando um traço-chave da globalização -a liberalização- na medida que não querem enfrentar a competição internacional. A abertura do mercado global é apontada como uma ameaça à sua identidade, aos vínculos com a natureza e à herança cultural e espiritual, da qual o arroz é o principal componente. Outro tema palpável são os fluxos globais que afetam as mulheres diretamente, com destaque para a indústria transnacional do sexo e a prostituição infantil em locais como a prefeitura de Osaka. Cada uma dessas questões que envolvem alimentação e gênero concerne as forças vitais do corpo humano, aspecto no qual o filósofo Michel Foucault encontrou as fontes do poder e da resistência.

Considerando-se o caso japonês, observa-se uma considerável microresistência à globalização, um padrão coberto de macrosignificado. O desafio é obter a mediação entre micro e macro-resistência. Os traços singulares do caso japonês sugerem que não há uma melhor estratégia global para civilizar a globalização. Seria fácil demais buscar uma solução isolada para o amplo cenário de problemas complexos que se expressam diferentemente em várias regiões com histórias, culturas e recursos naturais distintos. Não há uma alternativa viável satisfatória para todas as épocas e todos os lugares. Contudo, haverá modelos, padrões variados dos quais se possam criar alternativas?

Cenários alternativos

A evidência aponta uma ampla gama de esforços para criar alternativas e realizá-las na prática, que podem ser reunidos em três categorias básicas. A primeira implica modificações na globalização neoliberal sem abalar suas

estruturas básicas, a segunda e a terceira demandam a destruição do paradigma neoliberal, impondo a rejeição às idéias e às políticas que constituem os fundamentos do neoliberalismo.

A primeira categoria considera axiomática a afirmação de que há escolhas verdadeiras no interior do próprio processo de globalização. A escolha é essencialmente política, a despeito das limitações estruturais, e especialmente do aumento da hipercompetição e da tendência favorável ao Consenso de Washington (a onda de desregulamentação que começou nos Estados Unidos nos anos setenta e provocou uma importante redução dos gastos sociais). Afirma-se que o mercado pode beneficiar a sociedade desde que seja, de alguma maneira, cercado por políticas estatais inovadoras.

No turbilhão da enorme pressão por uma maior globalização, a França exemplifica a resistência estatal ao manter grande parte da regulamentação, um generoso investimento no bem-estar (em educação, saúde, férias, aposentadoria e seguro-desemprego) e uma sólida infraestrutura governamental, com a credibilidade de seus metrô e redes ferroviárias. Seus críticos apontam a alta taxa de desemprego, muito mais elevada que a dos Estados Unidos; o déficit governamental crescente; as greves e manifestações frequentes que afetam a vida cotidiana, quando não a tornam caótica; e uma legislação trabalhista labiríntica, códigos bancários e um sistema educacional que desestimula a inovação. Tendo que enfrentar o modelo neoliberal anglo-americano e pressionado a adotar a solução americana, o Presidente Jacques Chirac respondeu que seu país tem noção de seu papel no mundo e lutará por manter seu estilo de vida: “A França”, disse, “pretende continuar a ser a França”¹².

Portanto, faces às mudanças impopulares que objetivam intensificar as pressões econômicas globais, surge uma reação nacionalista não apenas dos segmentos desfavorecidos da sociedade, mas também dos próprios Estados. A resistência francesa, claro, é atípica, muito distante da atitude submissa de certos Estados que servem aos interesses corporificados na globalização neoliberal.

Há várias maneiras de se adaptar à globalização e não faltam propostas para a reforma institucional. No contexto interno, ajustes importantes nas agências administrativas e nos procedimentos legais -por exemplo, no campo da imigração- podem minimizar alguns dos problemas causados pela globalização. No âmbito das finanças, as reformas nacionais propõem critérios mais rígidos para os bancos e fundos de investimento; uma taxa de evasão que puniria os investidores por subitamente retirarem seu dinheiro de um país, e outras formas de re-regulamentação. E o que é mais crucial, a política social pode aparar as bordas afiadas do mercado, especialmente a tendência global da crescente desigualdade de renda¹³. Defensores das redes de segurança e das cláusulas sociais têm pressionado nesse sentido, mas os céticos afirmam que elas podem servir de instrumentos de relações públicas, desviando a atenção de temas mais fundamentais. Sem dúvida, há um debate sobre o papel adequado do Estado na

oferta de bens públicos: especificamente, eliminar a pobreza absoluta, garantir água encanada, eletricidade e saneamento moderno para todos os cidadãos, proteger o meio-ambiente, financiar a família como uma unidade, melhorar as condições das cidades congestionadas, freiar a escalada do crime, acabar com a corrupção e o compadrio e promover a igualdade das mulheres e o direito das crianças. Se houver vontade política voltada para essas medidas, a escala adequada para tais intervenções pode também ser transnacional.

Em termos globais, a realização de reformas constitui um requisito que o FMI impõe, incluindo a transparência e um grau mais completo de prestação pública das contas do governo¹⁴, aliás aspectos de ajuste estrutural considerados louváveis até pelos críticos do Fundo (contudo, alguns destes críticos acrescentam que as operações do FMI são discriminatórias, na medida que são sigilosas, e que o Fundo deveria adotar consigo próprio os mesmos critérios que recomenda aos outros). Na prática, adotar a fórmula da transparência e da prestação de contas requer que os regimes enfrentem a economia política de dominação, que é frequentemente também a base de sua sustentação política.

Logo, muitos líderes, como foi o caso na Indonésia de Suharto, viram-se no dilema de necessitar desesperadamente de capital estrangeiro e, embora relutantes ou até mesmo a contragosto, sob o risco de cometer suicídio político ao desmantelar as estruturas de dominação que mantêm o Estado.

Outra proposta para a reforma institucional é a taxa de Tobin, que remete à cobrança de um pequeno imposto sobre a circulação de capital internacional, de modo a desencorajar os especuladores a promover súbitas transferências prejudiciais às economias vulneráveis. Sugere-se também a criação de um urgente sistema de alerta que chame a atenção mundial para as abordagens das tendências econômicas, de um banco central global e de taxas de câmbio semiflexíveis entre as moedas mais fortes. Também se aponta a necessidade de uma reforma institucional, mas, para o futuro imediato, é difícil conceber os chefes de estado mobilizados para implementar uma nova arquitetura para a governança global, quanto mais imaginar o controle dos recursos de poder das corporações que, afinal, é transnacionalmente constituído, portanto, em grande medida alheio à jurisdição das organizações soberanas. Note-se, principalmente, que essas alternativas só funcionarão se forem enfrentadas as relações de poder intrínsecas à globalização. Em suma, uma arquitetura financeira realmente nova requer uma nova arquitetura política.

A segunda alternativa demanda uma mudança estrutural e busca reescrever o roteiro da globalização. À direita do cenário político, os ativistas e os intelectuais tentaram reafirmar as identidades com base na associação em comunidades religiosas, raciais, étnicas ou linguísticas, todas sujeitas às forças globais e frequentemente personificadas pelo imigrante, como a representação do Outro. Os movimentos baseados na religião reagiram drasticamente aos processos convulsivos da globalização, a eles atribuindo, em parte, a tendência a minar os

valores da comunidade e rasgar o tecido social. Visto que a globalização neoliberal facilita os intercâmbios internacionais, desafia a cultura nacional e tolera a imigração, os movimentos de direita, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, contrapuseram importantes aspectos nesta estrutura, que em si mesma não é uma sociedade de mercado. Por um lado, os grupos xenófobos invocaram políticas de proteção aos direitos e à cultura dos povos nativos contra os interesses dos imigrantes, mas, por outro lado, também se opuseram aos esquemas regionais como o Acordo Norte-americano de Livre Comércio e a tentativa de expandi-lo do México até o Chile e toda a América do Sul, argumentando que eles enfraquecem a soberania e são precursores de um governo mundial. O projeto político da direita defende o princípio da soberania e, se pudesse, construiria uma fortaleza ao redor das fronteiras territorialmente estabelecidas do Estado, numa demanda implícita do fim da globalização, em última instância.

Na busca de alternativas, há ainda uma terceira, também estrutural, porém, de fato, mais um projeto embrionário que, de modo semelhante, pergunta: a globalização é indefinidamente sustentável? Os líderes empenhados nesse esforço representam uma ampla constelação de forças sociais, geralmente as vítimas da globalização, personagens da vida social, alguns políticos e intelectuais orgânicos. Não são defensores de uma volta ao *status quo* anterior; não há a idéia de retorno às condições prévias à globalização, nem o Estado do bem-estar social keynesiano de décadas passadas é a solução. Ao contrário da direita, este grupo promove a flexibilização da soberania em prol de outros níveis de identidades, que implicariam em redesenhar as fronteiras da economia política. O projeto afirma a importância do engajamento, mas enfatiza a questão local e os processos oriundos de baixo para cima da globalização. Mais do que qualquer outro, esses últimos processos acarretam uma maior difusão de poder, que abrange novos espaços para a experimentação e a reinvenção das relações entre o mercado, o Estado e a sociedade. Trata-se de um esforço para redefinir a política, expandindo o campo da política não-estatal. Demanda o controle democrático e participativo das forças de mercado, o que, basicamente, é uma questão de ação política, mas, em relação as estruturas globalizantes, é também uma questão de assegurar maior autonomia -este conceito moral e político adotado pelos escritores da Grécia Antiga, de um modo algo distinto pelos teóricos contratualistas e também presente na ética kantiana.

O cerne da autonomia é a auto-determinação -um princípio que tem ressonância no liberalismo contemporâneo, como demonstram os aspectos da teoria da justiça de John Rawls (1993). O princípio da autonomia implica que os atores tem a capacidade de reflexão crítica e, a despeito das pressões estruturais, o direito de escolher entre as opções dadas. O exercício dos direitos requer algum grau de controle sobre as condições e os comportamentos. Assim, o princípio da autonomia significa o auto-governo político e econômico da maioria, bem como

permite a liberdade e a igualdade na busca do bem comum¹⁵. Não se deve porém confundir a noção de construir a autonomia a partir da base com enclausurar e tentar erigir uma fortaleza contra o mundo, um comportamento que poderia privar a sociedade civil de dar respostas à globalização, que por sua vez de fato acaba frequentemente extraindo força de seus elementos transnacionais. Uma declaração a favor da autonomia a partir da base eventualmente requer um complemento: iniciativas no interior da arena política estatal capazes de promover um grau maior de prestação de contas. Afinal, o submundo abaixo do Estado pode ser um lugar arriscado, em geral marcado pela fragmentação e algumas vezes pela intolerância e por formas autoritárias de políticas de identidade que não se coadunam com a vida democrática. Face ao empenho do neoliberalismo em limitar o âmbito do Estado (tanto de suas atividades como de seu orçamento) e impor a disciplina do mercado, um Estado forte que permita amplo acesso ao poder e uma sociedade civil atuante que reivindique políticas democráticas -como os novos movimentos ambientais e feministas- tendem a fortalecer-se mutuamente e podem servir como contraponto à globalização de cima para baixo¹⁶. Embora não haja razão alguma para supor que o Estado Nação seja eterno, atualmente o Estado e a sociedade civil, como seus muitos associados, parecem necessitar um do outro na conquista da globalização democrática.

A perspectiva de um rumo normativo?

Uma reação à globalização neoliberal é questionar se ela é eticamente sustentável. Moral e politicamente, é possível manter um sistema global no qual a riqueza agregada das 225 pessoas mais ricas do mundo é igual à renda anual de dois bilhões e meio de pessoas, as 47% mais pobres da população mundial? No qual os três povos mais ricos têm recursos que superam o produto interno bruto dos quarenta e oito países subdesenvolvidos?¹⁷ Será que é eticamente defensável que esse seja o preço pago pelos ganhos associados à expansão das forças de mercado? Ou seria melhor tentar reduzir o custo buscando uma solução democrática que, acima de tudo, seja uma escolha normativa? Certamente isto não seria uma panacéia, pois há distintas versões da teoria democrática e não se fazem escolhas normativas sem oposição. Ciente de minhas próprias limitações, e dado o escopo deste texto, apenas posso sugerir alguns aspectos para posterior consideração, não uma análise completamente desenvolvida. Esses aspectos constituem princípios, não políticas, já que as políticas devem ser projetadas levando-se em conta os diferentes contextos, o que, como se percebe, equivale a dizer que os princípios podem não convergir em uma única resposta para todas as épocas e todos os lugares.

Para avançar no exame dos nexos entre a globalização e a democratização, é importante enfatizar que a globalização econômica é uma força política

emancipatória. De acordo com esta tese que está em voga -discutida em foruns acadêmicos e ocasionalmente na imprensa popular¹⁸- a globalização não surge nem de cima nem de baixo, mas vem de mais longe. É uma perspectiva segundo a qual a globalização -um movimento lateral que cruza as fronteiras estatais na forma de capital, tecnologias, turismo, informação e conhecimento- dissemina valores e normas que se introduzem no Estado. A China e outros Estados tentaram bloquear essas forças, mas depararam com que a disseminação dos valores que acompanham os fluxos globais é inevitável. Argumenta-se então que a globalização econômica conduz à democracia: atualmente, como retorno de seus investimentos, os mercados globais demandam o estado de direito, transparência, confiabilidade, cooperação e pluralismo em transações financeiras¹⁹.

Uma coisa é reconhecer que o neoliberalismo predomina, mas sua correlação com a democracia é bem mais diversificada e problemática do que a interpretação acima mencionada sugere. Se por um lado as reformas do livre mercado e a democracia liberal não se estabeleceram profundamente em alguns países latino-americanos, como o Paraguai, por outro lado, especialmente nos períodos de eleições, há indícios de que as pessoas estão descontentes com o impacto da seguinte combinação: deficiências fundamentais no sistema bancário e importante queda do valor da moeda, acompanhadas de taxas elevadas de aumento de desemprego, crime, pobreza e desigualdade de renda. Na verdade, o argumento de que o liberalismo de mercado gera a democracia liberal não impede retornos e mudanças não-democráticas: a erosão ou a decadência da democracia em grande parte provocadas pelas reformas econômicas. Por exemplo, em 1997, um período de grande tribulações econômicas, os bolivianos reconduziram seu último ditador ao poder. Na África, o quadro de diversidades é amplo: distintos padrões de reforma econômica e tipos de democratização muito diferentes refletem as várias combinações de sistemas pré-colonial, colonial e pós-colonial nos encontros com as forças globalizantes.

Nítidamente, a noção de que a globalização econômica constitui fonte de políticas democráticas não se aplica à ruína dos Estados africanos que, depois de incorporados ao sistema Westfaliano e após longa convivência com os mercados mundiais, seguiram um caminho não-democrático.

Em termos mais elementares, o problema com a alegação de que a globalização promove a democracia reside no fato de que ela ignora que os próprios mercados econômicos não prestam contas publicamente. A relação entre riqueza e poder também permanece obscura. Os mercados exercem o poder estrutural, inclusive o poder de punir o Estado se ele se afastar demasiadamente do rumo neoliberal. Isto em geral leva à coerção, como aconteceu com a implementação dos programas de ajuste estruturais que causaram protestos ao FMI em diversos países. De acordo com a lógica de um sistema de mercado, aquele economicamente poderoso, afinal, busca maximizar lucros e superar seus competidores.

Embora a democracia liberal possa ser conveniente ou preferível a outros métodos de governo, os beneficiários da globalização não têm interesse inerente algum em promover a democracia. A lógica dos mercados e a da democracia esbarram no tema da liberdade *versus* igualdade, de acordo com o sentido atribuído a estes conceitos. Logo, impõe-se também uma questão do calibre das diferentes versões da democracia.

Em suas muitas variações, a democracia gira em torno da noção de prestação pública de contas. A variante liberal ocidental distingue prestação pública de contas na política, na economia e na sociedade, cada esfera sujeita a diferentes formas de governo. A ênfase na variante ocidental é adequada às formas institucionais, especialmente aos mecanismos eleitorais. A igualdade entre estratos sociais -que reduz a desigualdade no âmbito econômico- não é a prioridade em um sistema cujo traço principal é a rotação do poder político entre aqueles que costumam representar os interesses dos segmentos privilegiados da sociedade, daí a tensão entre globalização e democratização. Como então pode a democracia ser um antídoto para uma forma de globalização que circula a tal ponto fora de controle que entre seus descontentes se acham governantes, financistas, proeminentes economistas neoliberais, tanto quanto os marginalizados? Em outras palavras, como é possível rever as noções de globalização preservando suas importantes realizações e, ao mesmo tempo, satisfazendo os descontentes?

Para abordar este instigante problema, ainda que de modo preliminar e esquemático, é preciso indagar o significado do controle democrático no contexto da globalização. Em suma, a democracia é um conceito polêmico; formas diferentes e competitivas são adequadas para estruturas sociais e históricas diversas, embora a noção de prestação de contas seja o critério central da regra democrática. Acrescente-se que a democracia não é o estágio final da questão, mas se desdobra em dinâmicas transformadoras. Antigamente, a democracia remetia a Estados com fronteiras territorialmente demarcadas que potencialmente podiam conter o movimento de povos, idéias e tecnologias. Contudo, muitos Estados, particularmente aqueles com grandes concentrações de populações migratórias e cidadãos empregados em empresas baseadas em outras regiões, são submetidos agora à desterritorialização e à desnacionalização. Com a globalização, a democracia tem de ser reterritorializada, ambas fortalecidas no interior e para além das fronteiras estatais -como um método regional e, de fato, para solucionar os problemas globais.

Na verdade, subjetiva e objetivamente, há indícios de que o Estado nacional se está tornando um Estado transnacional. Neste, os cidadãos concebem suas identidades em termos de mais de um Estado -como no caso de algumas populações migratórias- e participam ativamente na política de dois ou mais países, o que, em alguns contextos, é permitido pelos procedimentos legais e eleitorais²⁰. O desafio então é o de repensar o conceito de democracia nacional e

adequá-lo a uma forma de política na qual as fronteiras não são erradicadas, mas diluídas, ou complicadas por acordos para o cruzamento de fronteiras, alguns autorizados pelo Estado, outros oriundos da cultura ou da economia, que podem ser legitimados por um Estado relutante ou simplesmente não ser legitimados.

Uma transição para a globalização democrática reúne uma boa governança e uma governança global. A boa governança na esfera nacional é a chave para reformular a globalização, mesmo se o Estado não for uma unidade exclusiva ou ideal para dirigir esse processo. Como sugere Polanyi, o objetivo é reintroduzir o poder econômico e político na sociedade, nas suas leis e instituições. No campo e nas cidades, esta é uma questão de conferir poder à sociedade civil, o que inclui o progresso das mulheres e o tema do estabelecimento de canais de acesso ao poder para os pobres e os estratos mais vulneráveis, em geral excluídos do processo de tomada de decisões sobre a alocação de recursos. Mais importante ainda, uma estrutura legal adequada supõe não apenas o estado de direito e as garantias constitucionais dos direitos humanos, mas também a liberdade de vigorosos meios de comunicação. Estes valores essenciais que sustentam uma boa governança são promovidos pela construção de relações viáveis entre a sociedade civil e o Estado, e destes com a governança global.

Nesta transformação, um tema vital é a questão do acesso. Como é possível resgatar a governança global de modo que a sociedade civil possa significativamente participar nos mecanismos de direção e nos processos econômicos de uma globalização fortemente estruturada, potencialmente capaz de distribuir a muitos -não meramente a poucos- os ganhos econômicos agregados (inclusive uma abundância de bens de consumo), avanços tecnológicos, maior informação, novo conhecimento e uma alternativa às formas de controle social há muito estabelecidas? Não se tem muitas certezas sobre os eventuais resultados de um processo histórico aberto, mas, ao esclarecer as dinâmicas, estar ciente das limitações e imaginar as possibilidades, ainda que só vislumbrando o êxito futuro, já se aponta o rumo que deverá conduzir a humanidade por um caminho plausível ao encontro de um porvir justo e civilizado.

Bibliografía

- Bond, Patrick 1995 “Under the Microscope: The ANC in Power” *Southern Africa Report* (Toronto) Vol. X, N° 3.
- Cox, Robert W. 1987 *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History* (New York: Columbia University Press).
- Friedman, Thomas L. 1997 “Berlin Wall, Part 2: Asia’s New Route to Democracy” In *New York Times*, 6 May.
- 1999 *The Lexus and the Olive Tree* (New York: Farrar, Straus and Giroux).
- Glick Schiller, Nina 1999 “Citizens in Transnational Nation-States: The Asian Experience.” in Olds, Kris; Dicken, Peter; Kelly, Philip; Kong, Lily and Wai-chung Yeung, Henry (ed) *Globalization and the Asia Pacific: Contested Territories* (London: Routledge).
- Held, David 1995 *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance* (Cambridge: Polity Press).
- Jessop, Bob (1997) “Comments at the workshop on The Logic(s) of Globalization” (Singapore: National University of Singapore), December.
- Mittelman, James H. (1999) *The Future of Globalization* (Bangi, Malaysia: Penerbit Universiti Kebangsaan Malaysia [National University of Malaysia Press]).
- (2000) *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance* (Princeton: Princeton University Press).
- Polanyi, Karl (1957) *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Times* (Boston: Beacon Press).
- Rawls, John (1993) *Political Liberalism* (New York: Columbia University Press).
- Rosow, Stephen J. (1999) “Globalization/Democratic Theory: The Politics of Representation of Post-Cold War Political Space”. Trabalho apresentado no Encontro Anual da International Studies Association (Washington).
- Sassen, Saskia 1996 *Losing Control? Sovereignty in an Age of Globalization* (New York: Columbia University Press).
- Sinclair, Timothy J. 1994a “Between State and Market: Hegemony and Institutions of Collective Action under Conditions of International Capital Mobility”, in *Policy Sciences* (Montreal) Vol. XXVII, N° 4.
- 1994b. “Passing Judgment: Credit Rating Processes as Regulatory Mechanisms of Governance in the Emerging World Order”, in *Review of International Political Economy* (Boulder) Vol. I, N° 1.
- Teepie, Gary (1995) *Globalization and the Decline of Social Reform* (Atlantic Highlands: Humanities Press International).
- Truehart, Charles 1997 “French Hold Proudly Fast to Benevolent Central Rule”, in *Washington Post*, 14 July.

United Nations Development Program 1998 *Human Development Report* (New York: Oxford University Press).

Walzer, Michael 1999 "Rescuing Civil Society." in *Dissent* (New York).

Weiss, Linda (1998) *The Myth of the Powerless State* (Ithaca: Cornell University Press).

Notas

1 Tradução de Ingrid Sarti.

2 A globalização neoliberal remete ao complexo de idéias e políticas voltadas para a crescente integração no mercado mundial. Minha conferência no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 2001, baseia-se no capítulo que constará do livro organizado por Richard Sandbrook. *Civilizing Globalization* (Albany, NY: State University of New York Press, no prelo). Este capítulo dá continuidade a temas tratados em *The Future of Globalization* (Bangi, Malaysia: Penerbit Universiti Kebangsaan Malaysia. National University of Malaysia Press, 1999) e *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance* (Princeton: Princeton University Press, 2000).

3 Tina: sigla formada com as iniciais de *there is no alternative*.

4 Polanyi (1957: 141).

5 Cox (1987: 253-65). Para um ponto de vista oposto, ver Weiss, 1998.

6 Sassen, 1996.

7 Sinclair, 1994[a] e 1994[b].

8 Jessop, 1997.

9 Ver nota 3.

10 THEMBA: sigla formada com as iniciais de *there must be an alternative*.

11 Bond (1995: 3 e 7).

12 Citado por Truehart, 1997.

13 Teeple, 1995.

14 Teeple, 1995. Embora o termo utilizado pela literatura especializada, *accountability*, seja amplamente utilizado no meio acadêmico no Brasil, é perfeitamente possível adotar o conceito em português.

15 Held (1995: 146-47), e sobre a compatibilidade entre a globalização e a teoria democrática, Rosow 1999.

16 Walzer, 1999.

17 Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas-UNDP (1998: 30).

18 Veja-se Friedman, 1997 e 1999.

19 Friedman, 1997.

20 Glick Schiller, 1999.